



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# Prefeitura Municipal de Alegre

Proc. N° 4647/2019

Data 23 / 12 / 2019

Interessado: \_\_\_\_\_

Assunto: \_\_\_\_\_



## MOVIMENTAÇÃO

De	Para	Data	Rubrica
Protocolo	Reinssocia	23/12/19	gualtrij ef.
PGM	SEMMADES	23/12/19	
SEMMADES			

Proc. N° 4647/2019 DATA: 23/12/19  
INT: [illegible]  
Município de Alegre



Prefeitura Municipal de Alegre  
Estado do Espírito Santo  
Secretaria Municipal de Administração



1 Semmades

Para enviar a SEMMAD  
Projeto, justificativa, por  
email.

Salientando que a Ata  
e anexos deverão ser encaminhados  
para acompanhar o  
projeto.

Proceder a juntada da  
justificativa no processo.

Em 23/12/19

Dr. Carolina C. S. S. S.  
PROCURADORA MUNICIPAL

Em atendimento à Procuradoria  
municipal segue justificativa do  
projeto de lei para alterações do  
Plano diretor municipal de Alegre ES,  
nas fls. 30, 31 e 32, a ser encaminhada  
à SEMAD.

Em 26/12/19

Recebeu

Diretora municipal de  
meio Ambiente.  
Decreto 11.478/2019.



Alegre, 10 de Dezembro de 2018.

De forma a instruir a população Alegrense e demais interessados, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Municipal do Plano Diretor, trazem abaixo a justificativa das alterações sugeridas, que serão apresentadas e discutidas em Audiência Pública.

As propostas de alterações da Lei 2980/2008 que institui o Plano Diretor Municipal, visam atualizar o as plantas de zoneamento e principalmente, desburocratizar, integrar e facilitar a abertura e instalação de novos empreendimentos no município de Alegre, através da utilização da classificação CNAE das atividades de forma equivalente ao licenciamento ambiental, por meio da avaliação do grau de risco e potencial poluidor/degradador de cada atividade.

Desta forma os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental os de baixo grau de risco, irão adquirir a Dispensa de Licenciamento Ambiental pelo sistema *on line* estadual SIMPLIFICA ES.

O SIMPLIFICA ES é uma ferramenta que faz a integração entre os dados cadastrais da Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos Estaduais e Municipais que participam do processo de abertura, alteração e baixa de empresas e as disponibiliza na rede mundial de computadores – Internet em um ambiente integrado, interativo e de fácil acesso.

Atenciosamente,

**RODRIGO VARGAS RIBEIRO**

*Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Presidente do CMPDA- Conselho Municipal do Plano Diretor de  
Alegre/ES*

**Projeto de Lei - Alteração do Plano Diretor**

1 mensagem

**Karla Nunes de O. Favoreto** <karla.semmades@gmail.com>  
Para: administracao@alegre.es.gov.br









26 de dezembro de 2019 09:17

Em atendimento ao Parecer da PGM no processo de número 7447/2019, encaminho anexo a documentação da proposta de alteração do Plano Direto Municipal de Alegre/ES, a saber:

- 1- Justificativa do PL
- 2- Minuta de PL
- 3- Legendas
- 4- Anexo PDM 3A
- 5- Anexo PDM 3B
- 6- Anexo PDM 3C
- 7- Anexo PDM 3D
- 8- Anexo PDM 3E
- 9- Anexo PDM 3F
- 10- Anexo PDM 3G
- 11- Anexo PDM 3H

--  
Karla N. de Oliveira Favoreto  
Diretora Municipal de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Alegre/ES  
SEMMADES-Secretaria Municipal de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável

**11 anexos**

-  minuta de projeto de lei alteração PDM (dez-2019) V1.2.doc  
27K
-  justificativa de projeto de lei alteração PDM (dez-2019) V1.2.doc  
35K
-  LEGENDAS.pdf  
74K
-  PLANO DIRETOR MUNICIPAL 3B.pdf  
2859K
-  PLANO DIRETOR MUNICIPAL 3 E.pdf  
2815K
-  PLANO DIRETOR MUNICIPAL 3C.pdf  
2639K
-  PLANO DIRETOR MUNICIPAL 3D.pdf  
2992K
-  PLANO DIRETOR MUNICIPAL 3A.pdf  
3844K

## **JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº XXXX/XXXX, DE XX DE DEZEMBRO DE 2019.**

**Ementa:.** Altera a redação do artigo 79 e o anexo 3º da lei nº 2.980/2008 e revoga o anexo 6, da outras providências.

Sr. Presidente;  
Sr. Vereadores;

A lei municipal nº. 2.980/2008 que institui o Plano Diretor Municipal de Alegre completou este ano 10 anos de implementação e neste período observou-se a necessidade de alterações em seus dispositivos com intuito de modernizá-la e adequá-la as demandas de investimento no município e compatibilizá-la com os novos dispositivos legais que foram implementados pelo governo federal em relação ao parcelamento do solo.

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável já iniciou juntamente com a empresa de engenharia contratada pela PMA os estudos e os procedimentos de revisão da lei Municipal nº 2.980/2008. Este procedimento demanda um certo tempo, e deverá estar concluso para ser apresentado a Câmara dos Vereadores em 27 de março de 2020. Todavia a própria dinâmica atual do Plano Diretor Municipal e as mudanças da legislação federal referente a parcelamento do solo e regulamentação das atividades econômicas impuseram a necessidade de se fazer alterações pontuais na lei Municipal nº 2.980/2008.

Esta mudanças estão apresentadas nos itens que se seguem, com as devidas justificativas:

- 1) Alteração da referência para definição dos grupos de atividades para o enquadramento das mesmas conforme seu grau de risco. Esta alteração está definida no artigo 1º do projeto de lei e faz-se necessário pois:
  - A atual definição de riscos do plano diretor municipal se mostrou muito restritiva, fazendo com que empreendimentos com mais de 500 m<sup>2</sup>, independente da natureza da atividade, não possam ser implantados na maioria da área urbana do município, há não ser na zona denominada eixo rodoviário.

Além da questão da restrição quanto a locação da o atual plano diretor também obriga que qualquer empreendimento com mais de 500 m<sup>2</sup>, seja obrigado a fazer estudo de impacto ambiental e estudo de impacto de vizinhança.

Neste sentido entendemos que as atividades classificadas como baixo risco, não geram transtornos ambientais ou de vizinhança que justifiquem a necessidade destes estudos, fazendo com que estas obrigações apenas gerem custos desnecessários para implantação das mesmas. Além disto a lei de liberdade econômica de setembro de 2019 veda a imposição deste procedimento as estas atividades de baixo risco.

- Com a promulgação da lei de liberdade econômica (lei federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019) as atividades econômicas consideradas de baixo risco ficaram desobrigadas a observar quaisquer atos públicos para sua liberação (inciso 1º do §3º). Com isto, além de várias normativas do plano diretor municipal se tornarem obsoletas e

houve a necessidade de uniformizar o enquadramento de risco ambiental nas diversas áreas de fiscalização da prefeitura, dentre elas obras, posturas, tributária, ambiental, vigilância sanitária...

A modificação proposta substitui o parâmetro para enquadramentos das atividades nos três grupos de risco das atividades implantadas ou a serem implantadas pelo município, revogando o anexo 6 da lei Municipal nº 2.980/2008 Art. 2º do projeto de lei) e instituindo como parâmetro os decretos de grau de risco que regulamentam a Política Municipal de Meio Ambiente.

2) Alteração do zoneamento do município com a modificação do anexo 03 da lei Municipal nº 2.980/2008. Esta alteração está definida no artigo 3º do projeto de lei e faz-se necessário pois:

- A lei Municipal nº 2.980/2008 adotou como área de zoneamento urbano municipal apenas àquela referente a mancha urbana da sede e distritos, sendo assim toda vez que um novo parcelamento de solo ("loteamento") vai ser implantado no município, faz-se necessário a expansão do zoneamento urbano. Esta expansão se faz em três etapas, sendo elas:
  - a) solicitação do empreendedor ao Conselho Municipal do Plano Diretor de Alegre (CMPDA) a expansão do zoneamento para a área a ser aprovada
  - b) Apreciação do CMPDA da solicitação apresentada, o qual defere ou não o parcelamento do solo com base em parecer técnico emitido pelos técnicos da prefeitura;
  - c) Em caso de deferimento, apresentação de projeto de lei para câmara municipal de Alegre, para seguir os tramites legislativos e administrativos para sua aprovação e sanção ou não, com ou sem emendas.
- O Plano Diretor Municipal zoneou as áreas de APP como ZRA, um tipo de zona que não possui índices urbanísticos. Desta forma tratou estas áreas como não ocupadas, sendo assim com atual legislação, obras construídas nestas áreas, mesmo antes das legislações que não restringiam a ocupação das mesmas ficam em situação alto de risco jurídico, inclusive com um aparato legal bastante frágil em relação a sua ocupação por atividades econômicas e quando da necessidade de reformas, mesmo sem aplicações ou ocupações novas. No novo zoneamento, propõe-se zonear estas áreas como áreas de ocupação limitada e sendo assim as mesmas passam a ter índices urbanísticos compatíveis com estas regiões, diminuindo a insegurança jurídica de quem ocupa estas áreas.

Cabe aqui salientar que a modificação de zoneamento passando de ZRA para ZOL, não trazem a autorização de ocupação de áreas ainda não ocupadas em APP. Apenas atribui índices urbanísticos a estas áreas. Devido a sua complexidade, a questão legal das áreas de APP urbana será tratada em um outro momento, no âmbito da REURB e da revisão do PDM. Mas cabe salientar que esta alteração é o primeiro passo para que esta questão seja tratada de forma legal.

Neste projeto de lei estão apresentadas em anexo as plantas de modificação do zoneamento e anexo a esta justificativa estão as atas das reuniões do PDM que aprovaram tais modificações.

Por fim salientamos que estas alterações irão atender alguns anseios de munícipes desta cidade, pois viabiliza, moderniza e simplifica a implantação de uma série de empreendimentos no município.

Alegre (ES), XX de dezembro de 2019.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº XXXX/XXXX, DE XX DE DEZEMBRO DE 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 79 E  
O ANEXO 3º DA LEI Nº 2.980/2008 E  
REVOGA o anexo 6, DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 46, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 79 da Lei municipal nº 2.980/2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 79 -. As atividades relacionadas aos usos descritos no artigo 78, desta Lei, serão enquadradas em grupos definidos no parágrafo primeiro deste artigo.*

*§ 1º - As atividades ficam classificadas quanto ao seu enquadramento do potencial poluidor ou degradador:*

*Grupo 1 – Potencial poluidor/degradador baixo;*

*Grupo 2 – Potencial poluidor/degradador médio;*

*Grupo 3 – Potencial poluidor/degradador alto.*

*§ 2º – O potencial poluidor/degradador é aquele definido nos decretos que regulamentam Política Municipal de Meio Ambiente no que diz respeito ao enquadramento das atividades e empreendimento existentes ou a serem implantados no município em baixo, médio ou alto potencial poluidor/degradador.*

*§ 3º – Além das exigências regulamentadas neste Plano Municipal Diretor Municipal, as atividades e empreendimento existentes ou a serem implantados no município deverão obedecer os regulamentos de licenciamento ambiental existente na Política Municipal de Meio Ambiente, as exigências preconizadas no código de obras, do corpo de bombeiros, do código tributário, da vigilância sanitária e os demais procedimentos legais que regulamentam seu funcionamento.*

Art. 2º - Fica revogado anexo 6 da Lei municipal nº 2.980/2008.

Art. 3º - Fica alterado o anexo 3 da Lei municipal nº 2.980/2008, que passará a vigorar com a seguinte redação. ( conforme plantas de zoneamento anexas.)

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.















Alegre (ES), XX de dezembro de 2019.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR  
Prefeito Municipal

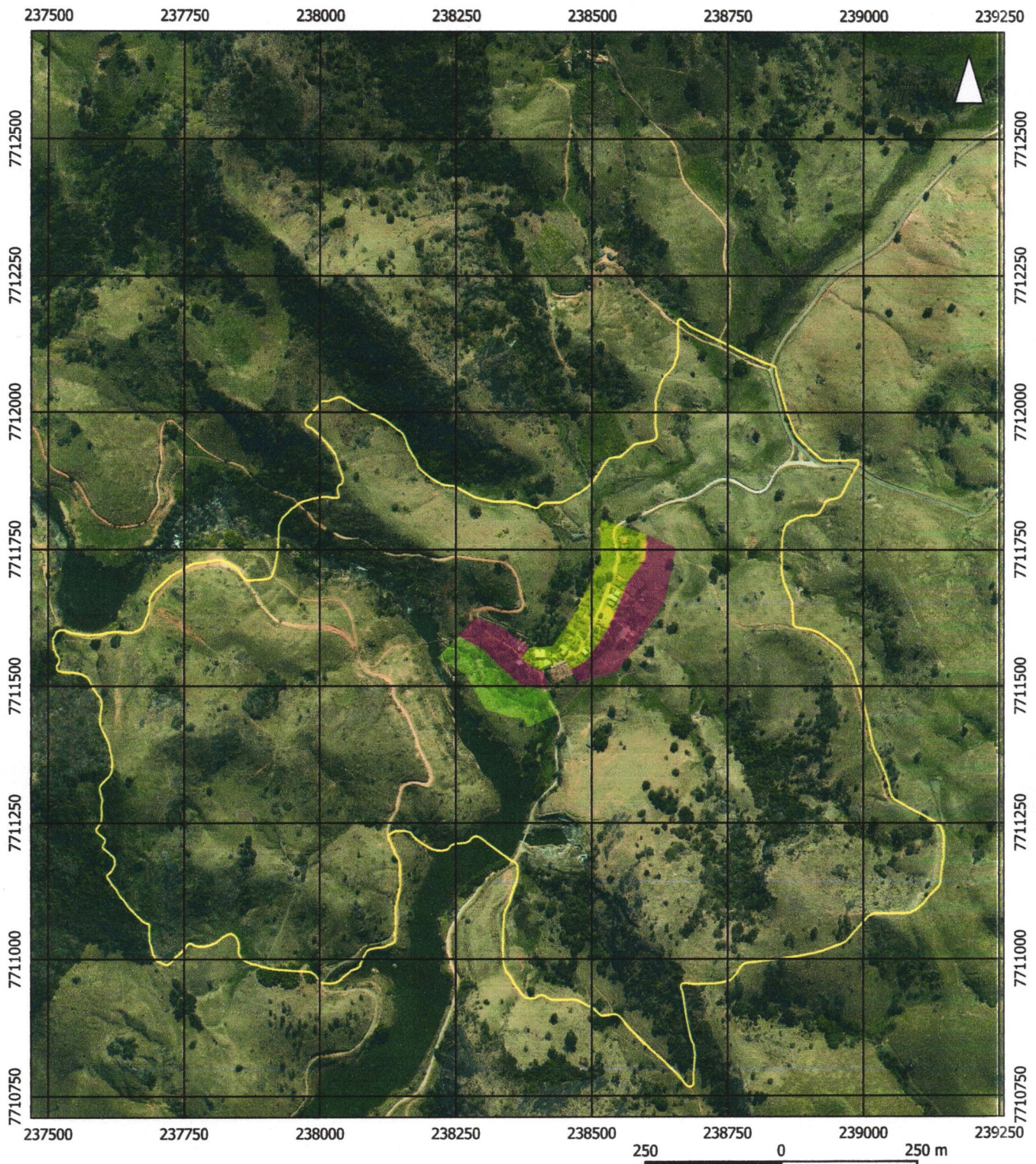
## LEGENDA

 Perímetro Urbano

### ZONEAMENTO

	ZIH 1	ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO 1
	ZIH 2	ZONA DE INTERSSE HISTÓRICO 2
	ZOP 1	ZONA DE OCUPAÇÃO PREFERENCIAL 1
	ZOP 2	ZONA DE OCUPAÇÃO PREFERENCIAL 2
	ZPA	ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
	ZRA	ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
	ZEIS 1	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 1
	ZEIS 2	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 2
	EH	EIXO HISTÓRICO
	ED 1	EIXO DE DINAMIZAÇÃO 1
	ED 2	EIXO DEDINAMIZAÇÃO 2
	ER	EIXO RODOVIÁRIO
	ZEU	ZONA DE EXPANÇÃO URBANA
	ZE	ZONA ESPECIAL

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 H - ZONEAMENTO DE SÃO JOÃO DO NORTE



**LEGENDA**

□ Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

■ ED 2

■ ZEU

■ ZRA

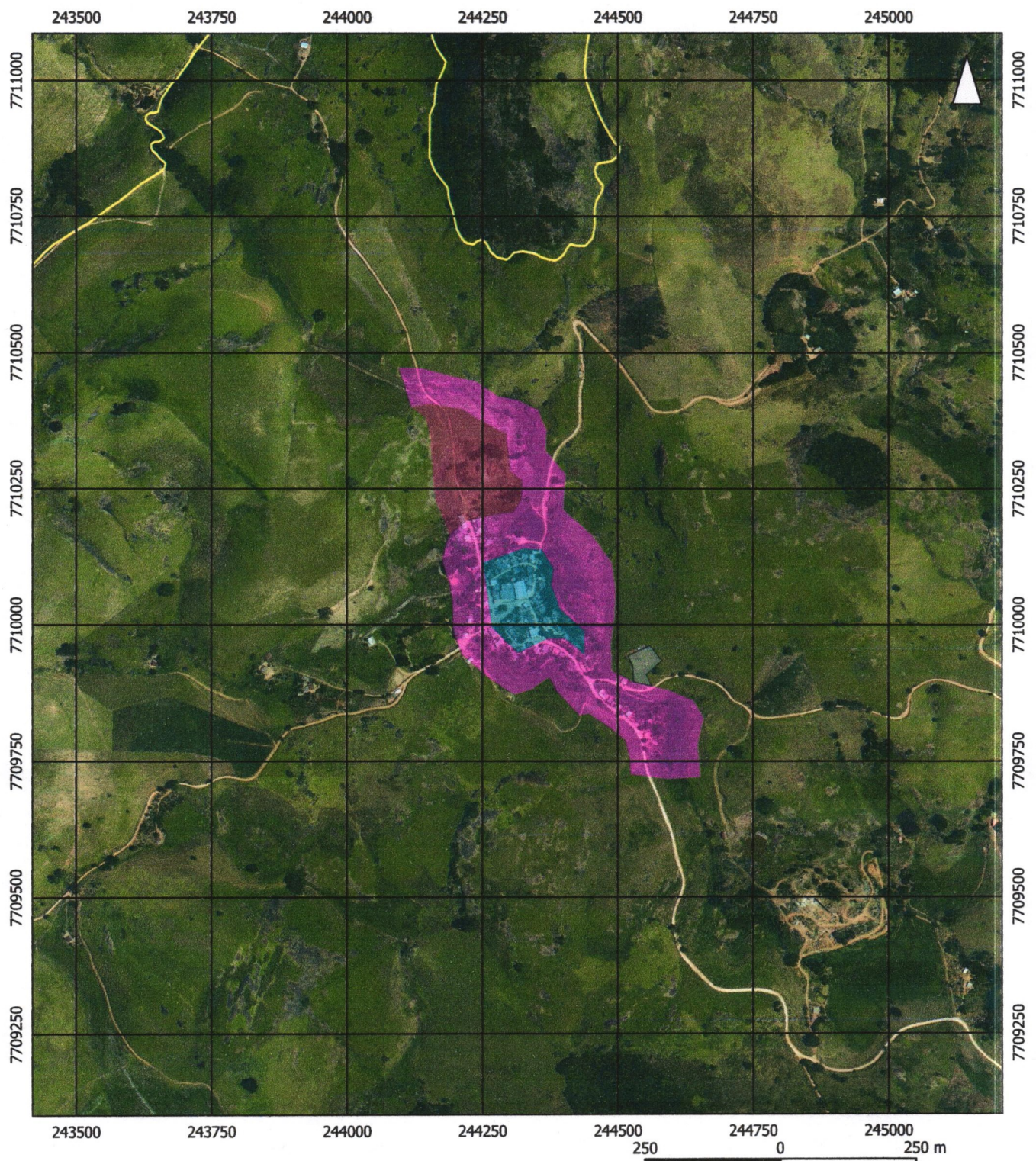
■ ZE



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:10000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 G - ZONEAMENTO DE SANTA ANGELICA



**LEGENDA**

Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

ZE

ZEU

ZOL

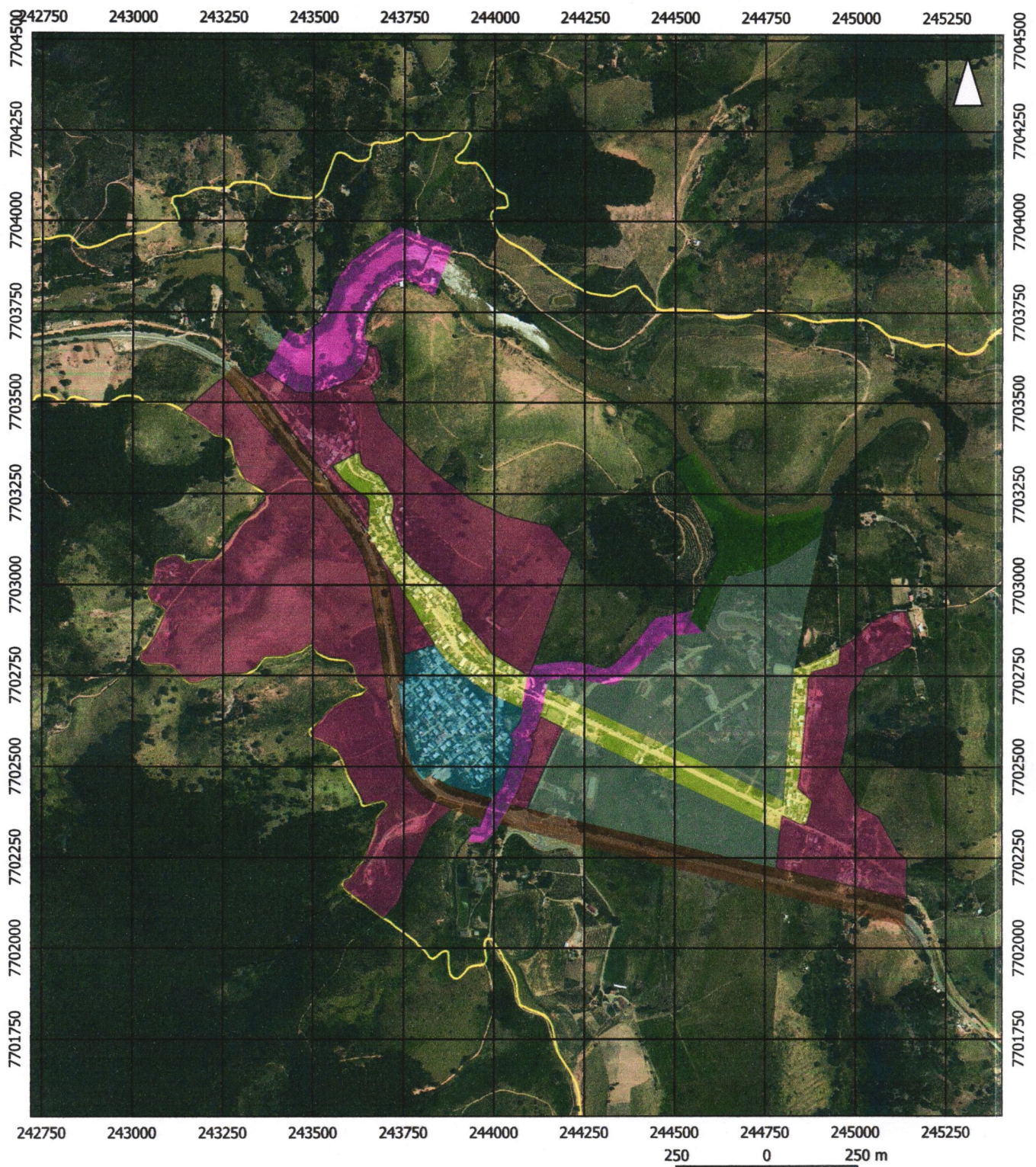
ZOP 2



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:10000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 F - ZONEAMENTO DE RIVE



**LEGENDA**

Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

EH

ER

ZPA

ZEU

ZOP 2

ZRA

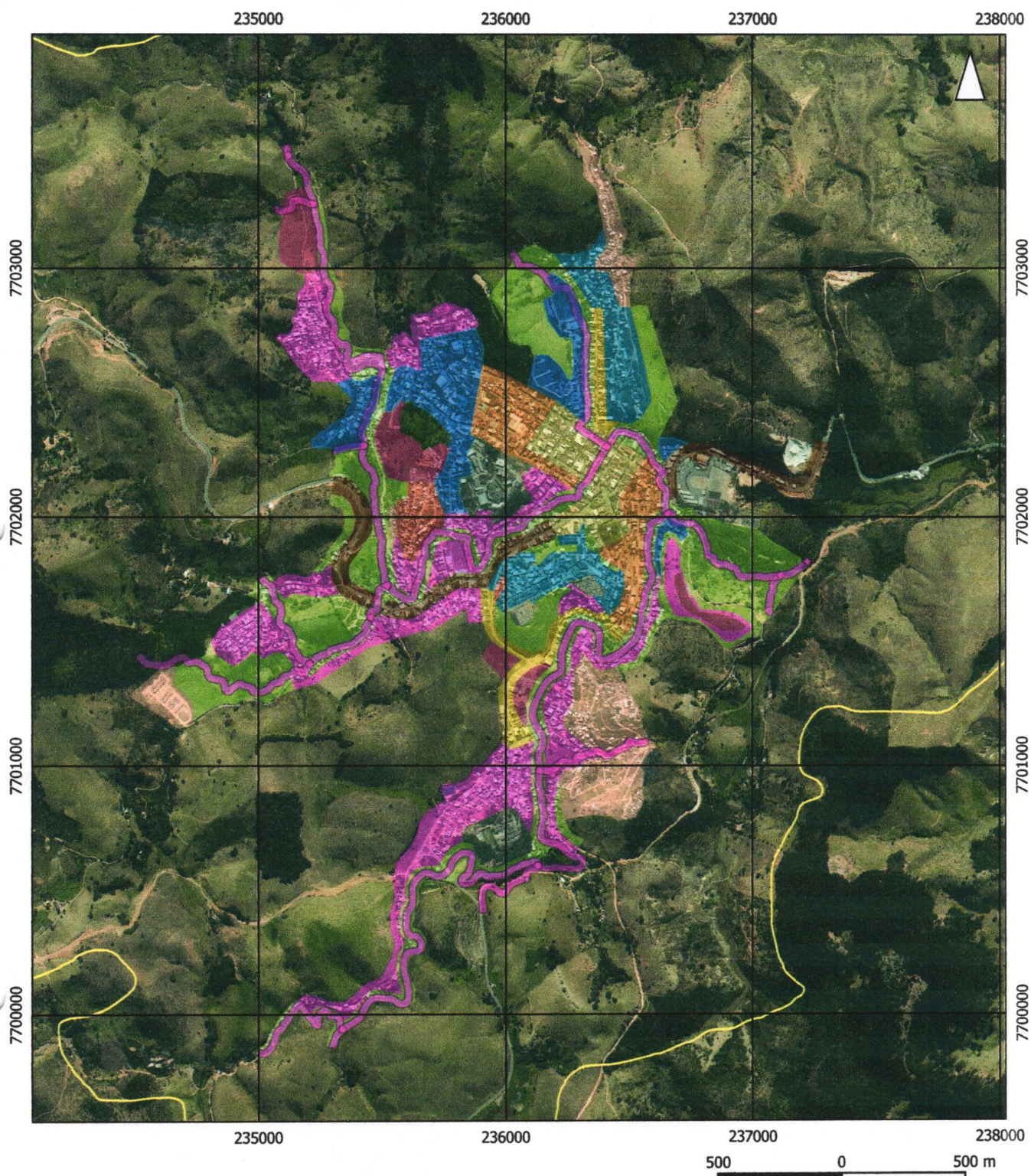
ZE



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:15000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 A - ZONEAMENTO DA SEDE



**LEGENDA**

□ Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

■ ED 1

■ ER

■ ZEUS

■ ZIH 1

■ ZIH 2

■ ZOL

■ ZOP 1

■ ZOP 2

■ ZPA

■ ZRA

■ ZE

■ ZEIS 2

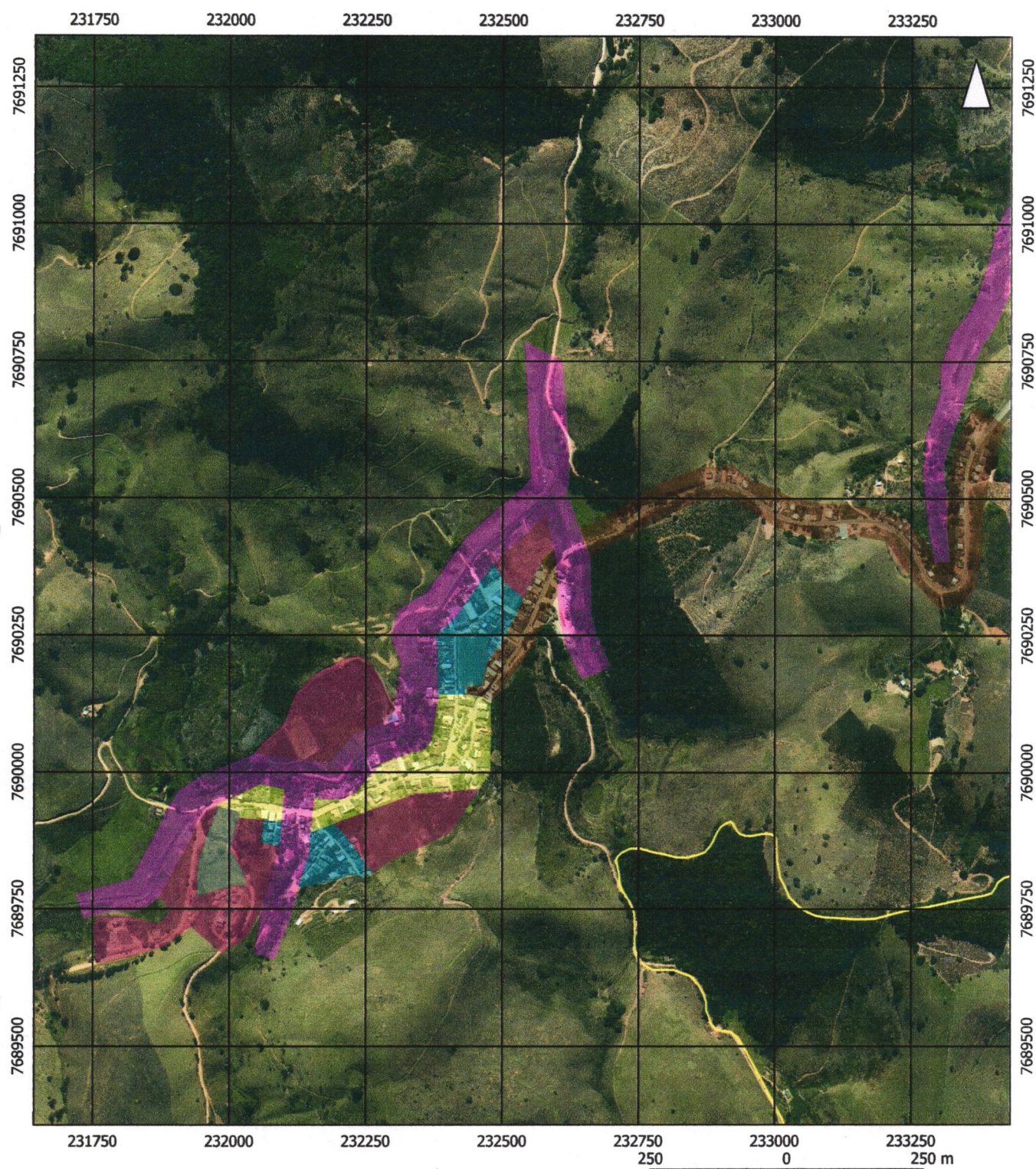
■ ZEIS 1



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:22000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 D - ZONEAMENTO DO CAFÉ



**LEGENDA**

Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

ZE

ZEU

ZOL

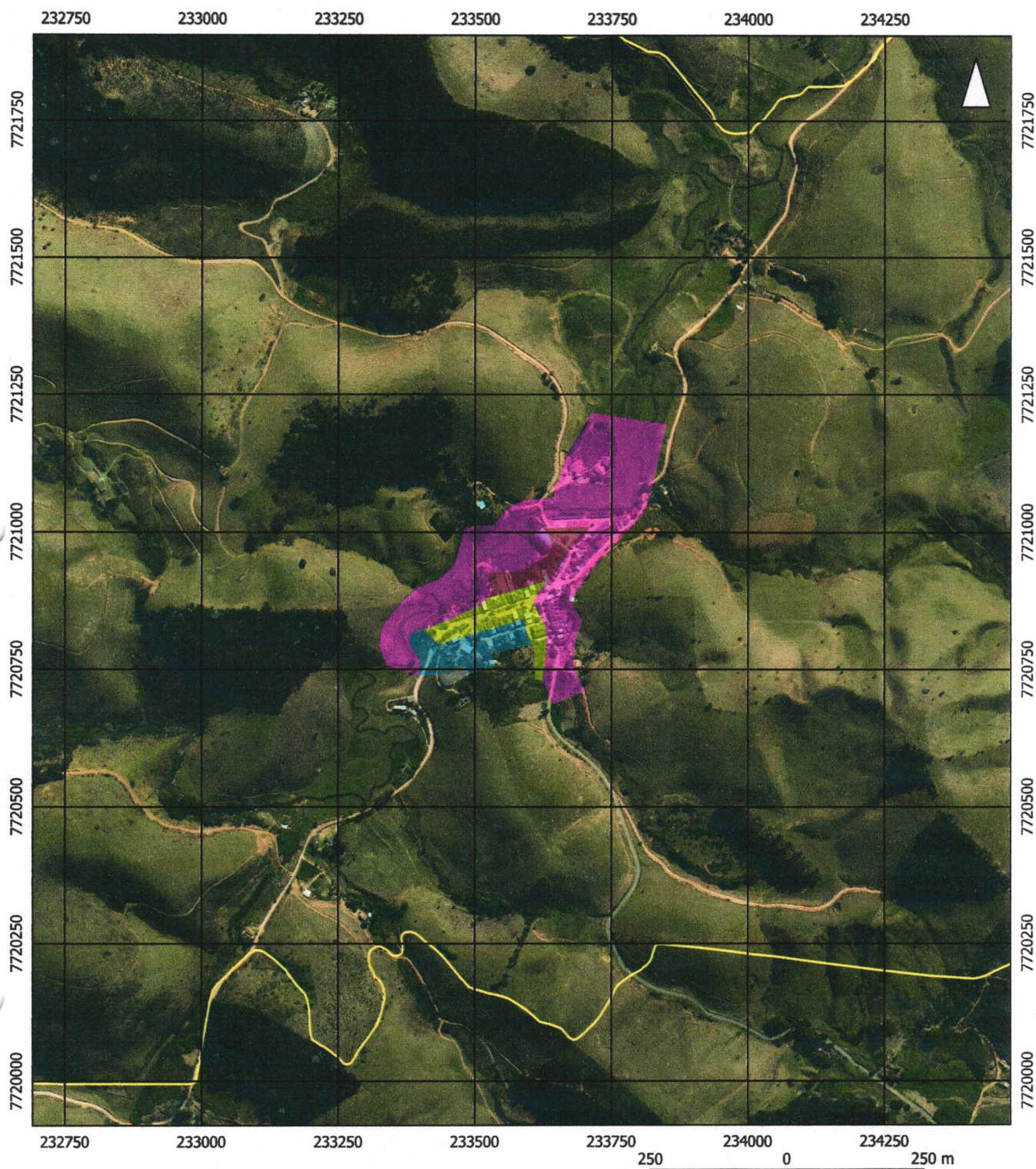
ZOP 2



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:10000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 C - ZONEAMENTO DE ARARAÍ



**LEGENDA**

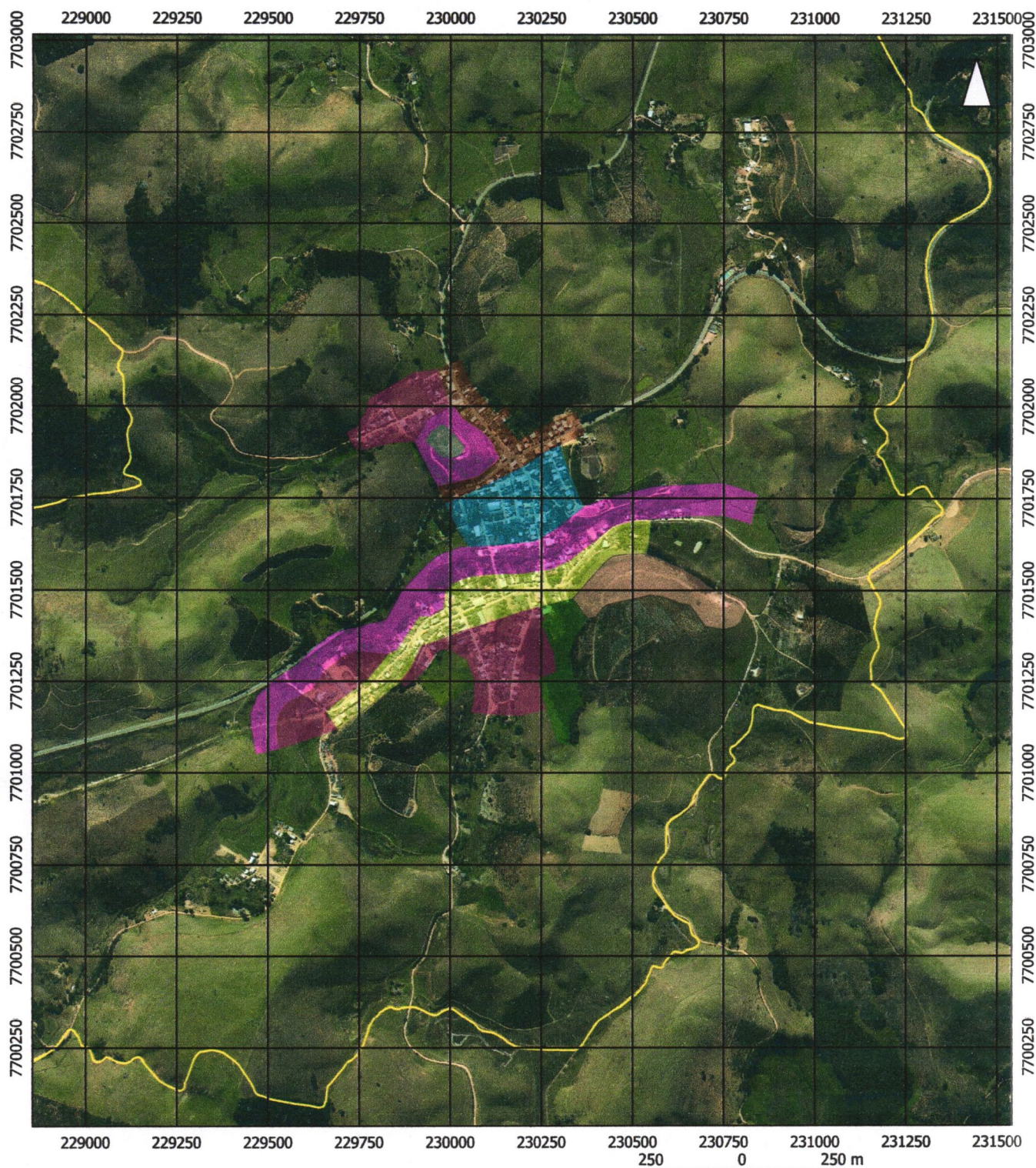
- Perímetro Urbano
- ZONEAMENTO**
- ED 2
- ZEU

- ZOL
- ZOP 2
- ZE



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:10000.  
Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 E - ZONEAMENTO DE CELINA



**LEGENDA**

Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

EH

ER

ZEU

ZOP 2

ZPA

ZOL

ZEIS

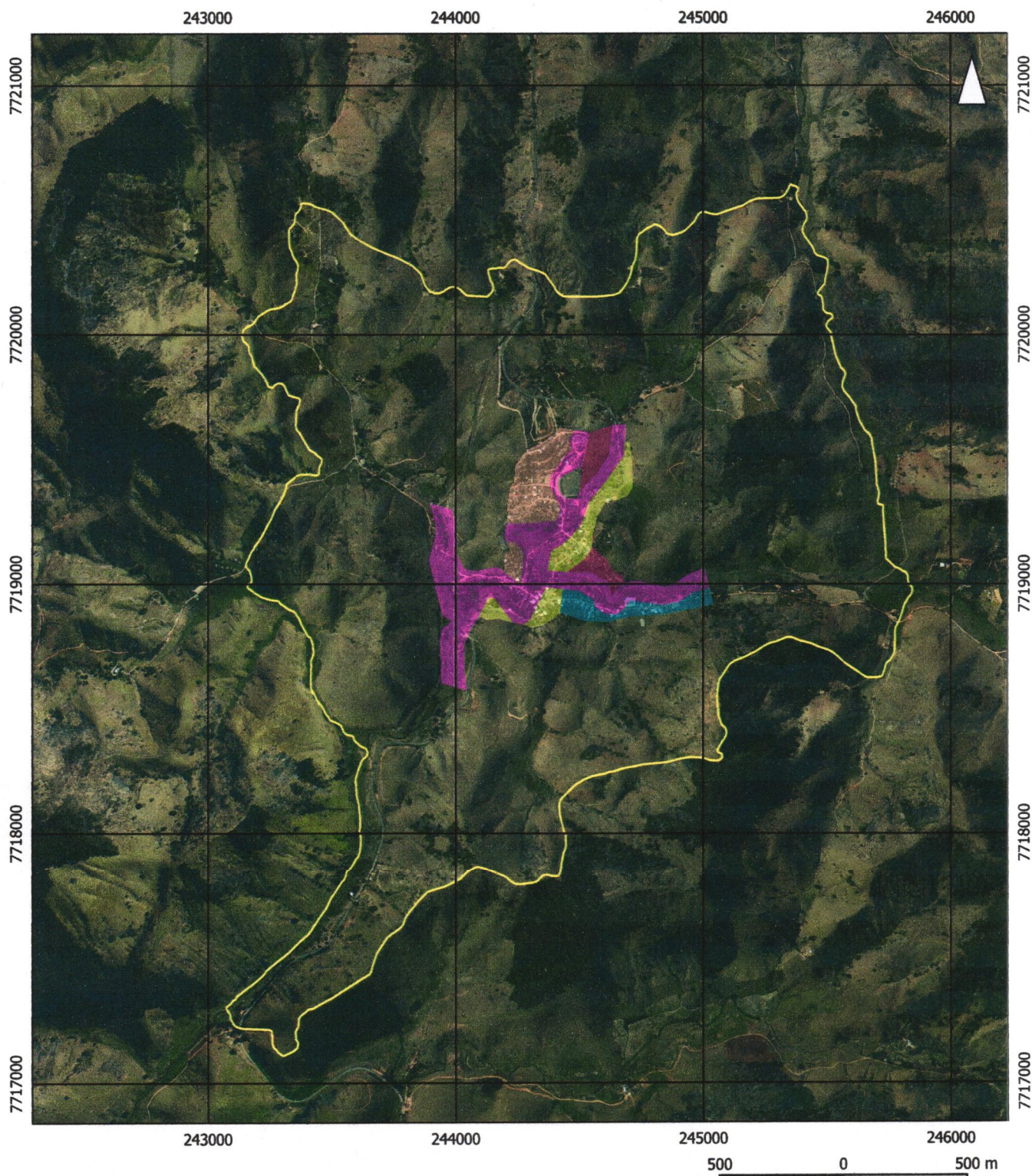
ZE



Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:15000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALEGRE/ES  
ANEXO 03 B - ZONEAMENTO DE ANUTIBA



**LEGENDA**

Perímetro Urbano

**ZONEAMENTO**

EH

ZEU

ZOL

ZOP 2

ZRA

ZE

ZEIS 1



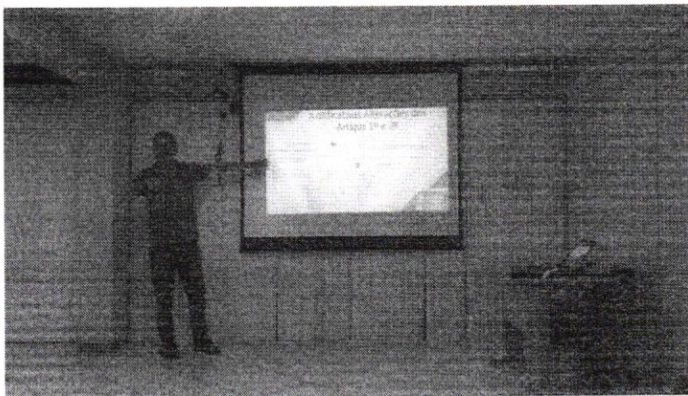
Sistema Universal Transversa de  
Mercator Datum UTM / SIRGAS 2000  
Zona 24 K, 1:22000.

Autor: Karla Nunes de Oliveira  
Coordenadora de Controle Ambiental  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
SEMMADES, Dezembro (2019).

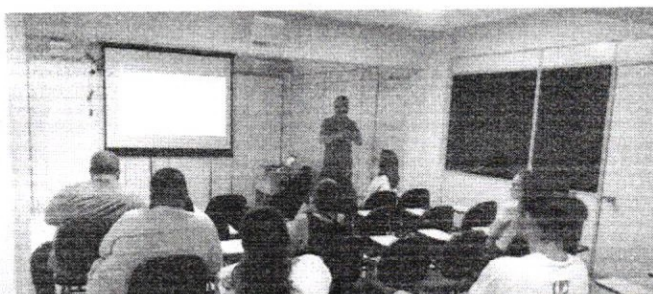
## Conselho do Plano Diretor Municipal discute mudanças para facilitar a abertura de novos empreendimentos em Alegre

19/12/2019 - 15 de dezembro de 2019 - Publicado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Na última segunda-feira (16), o Conselho do Plano Diretor Municipal, realizou Audiência Pública para discutir e propor mudanças na Lei que rege o instrumento



As propostas de alterações da Lei 2980/2008, que institui o Plano Diretor Municipal, visam atualizar as plantas de zoneamento, e principalmente, desburocratizar, integrar e facilitar a abertura e instalação de novos empreendimentos no município de Alegre, através da utilização da classificação CNAE das atividades de forma equivalente ao licenciamento ambiental, por meio da avaliação do grau de risco e potencial poluidor/degradador de cada atividade.



Conselho do Plano  
Diretor



Meio Ambiente e  
Desenvolvimento  
Sustentável



É Natal! Confira a  
Programação do  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento  
Sustentável



Convite Prêmio Alegre  
Ambiental  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento  
Sustentável



Convite 1 Prêmio Alegre  
Ambiental  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento  
Sustentável

Audiência Pública Plano  
Diretor  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento  
Sustentável

Secretarias Municipais



Órgãos Municipais



Autarquias

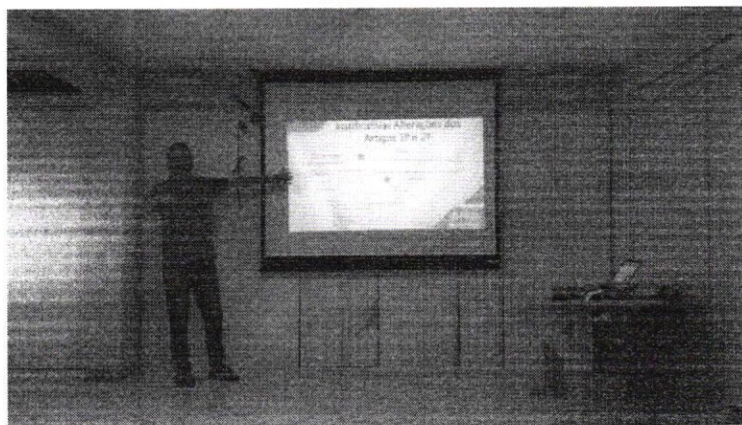


DIÁRIO OFICIAL

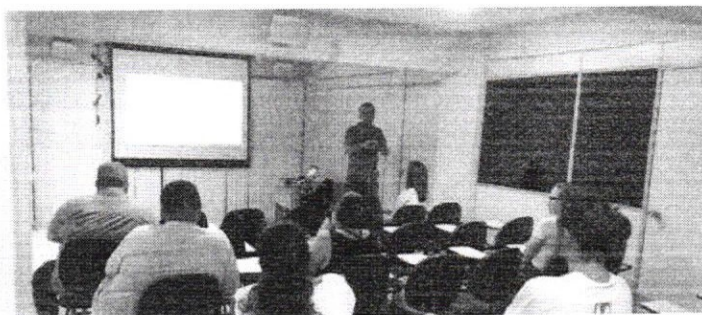
## Conselho do Plano Diretor Municipal discute mudanças para facilitar a abertura de novos empreendimentos em Alegre

Publicado por: Publicador | 16 de dezembro de 2019 | Publicado em: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Na última segunda-feira (16), o Conselho do Plano Diretor Municipal, realizou Audiência Pública, para discutir e propor mudanças na Lei que rege o instrumento.



As propostas de alterações da Lei 2980/2008, que institui o Plano Diretor Municipal, visam atualizar as plantas de zoneamento, e principalmente, desburocratizar, integrar e facilitar a abertura e instalação de novos empreendimentos no município de Alegre, através da utilização da classificação CNAE das atividades de forma equivalente ao licenciamento ambiental, por meio da avaliação do grau de risco e potencial poluidor/degradador de cada atividade.



Conselho do Plano Diretor ...  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



É Natal! Confira a Programação do ...  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Convite Prêmio Alegre Ambiental  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Convite - I Prêmio Alegre Ambiental  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Audiência Pública Plano Diretor ...  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretarias Municipais



Órgãos Municipais



Autarquias



DIÁRIO OFICIAL


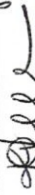









**SEMMADES**  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável

# AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ALTERAÇÃO DO PLANO

LOCAL: AUDITÓRIO DA A

16 DE DEZEMBRO DE 2019

NOME	LOCALIDADE	CONTATO	ASSINATURA
Gineborga Gembati	SEMPADES -	gineborga@betrail.com	
KATIA GALON	SEMOPUS	KATTAGALON@GMAIL.COM	
Karla Nunes de Oliveira	SEMPADES	karla_somades@gmail.com	
WILSON RIBEIRO	TCC. MOUV. AMB. / 4º	wilsonr@betrail.com	
Graciela Ferreira da Silva	SEMPADES	graciela.somades@gmail.com	
Rafael Ribeiro	KAPIXAWA	KLEYTON.AB@gmail.com	
Adriana de Jesus	AL. Engenheiro	adriana.jesus@gmail.com	
Adriana de Jesus	AL. Engenheiro	adriana.jesus@gmail.com	
Adriana de Jesus	SEMPADES /	adriana.jesus@gmail.com	
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			
Adriana de Jesus			

***Av. Olívio Corrêa Pedrosa, 518 – Fundos – Centro – CEP 29.500-000 – Alegre/ES***  
*desenvolvimento@alegre.es.gov.br – Tel: (28) 3552-4297*  
*Visite o nosso site: [www.alegre.es.gov.br](http://www.alegre.es.gov.br)*


r, 518 – Fundos – Centro – CEP 29.500-000 – Alegre/ES  
desenvolvimento@alegre.es.gov.br – Tel: (28) 3552-4297  
Visite o nosso site: [www.alegre.es.gov.br](http://www.alegre.es.gov.br)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE  
ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ALEGRE. Aos dezesseis dias do mês de dezembro  
do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas, realizou-se, no auditório da Associação  
Comercial e Industrial de Alegre, a audiência pública tem como objetivo de apresentar o  
projeto de lei visando a alteração do artigo 79 (setenta e nove) e o anexo 3 (três) da lei nº  
2.980/2008 e a revogação o anexo 6 (seis). O projeto foi apresentado pelo Sr. Marcos Neves  
de Souza Cardoso expondo a justificativa do projeto. Iniciou explicando que a lei municipal nº.  
2.980/2008 que institui o Plano Diretor Municipal de Alegre completou este ano 10 anos de  
implementação devendo ser revisado para se adequar as demandas de investimento no  
município e compatibilizar com os novos dispositivos legais que foram implementados pelo  
governo federal em relação ao parcelamento do solo. Informou também que a Secretaria  
Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável já iniciou, juntamente com a  
empresa de engenharia contratada pela PMA, os estudos e os procedimentos de revisão da  
lei do PDM. O Sr. Marcos explica ainda que esta revisão demanda algum tempo e que há a  
necessidade de algumas alterações pontuais para viabilizar a dinâmica atual do Plano Diretor  
Municipal e as mudanças da legislação federal referente a parcelamento do solo e  
regulamentação das atividades econômicas. O Sr. Marcos informa que a primeira alteração é  
referente à definição dos grupos de atividades para o enquadramento das mesmas conforme  
seu grau de risco, e que esta alteração está definida no artigo 1º do projeto de lei e faz-se  
necessário pois a atual definição de riscos do plano diretor municipal se mostrou muito  
restritiva, fazendo com que os empreendimentos com mais de 500 m² (quinhentos metros  
quadrados), independente da natureza da atividade, não possam ser implantados na maioria  
da área urbana do município, há não ser na zona denominada eixo rodoviário. O Sr. Marcos  
dá continuidade explanando que além da questão da restrição quanto à locação, o atual plano  
diretor também obriga que qualquer empreendimento com mais de 500 m² (quinhentos metros  
quadrados), seja obrigado a fazer estudo de impacto ambiental e estudo de impacto de  
vizinhança. Neste sentido entende-se que as atividades classificadas como baixo risco não  
gera transtornos ambientais ou de vizinhança que justifiquem a necessidade destes estudos,  
fazendo com que estas obrigações apenas gerem custos desnecessários para implantação  
das mesmas. Além disto, a lei de liberdade econômica de setembro de 2019 veda a  
imposição deste procedimento a estas atividades de baixo risco. O Sr. Marcos expõe também  
que com a promulgação da lei de liberdade econômica (lei federal nº 13.874, de 20 de  
setembro de 2019) as atividades econômicas consideradas de baixo risco ficaram  
desobrigadas a observar quaisquer atos públicos para sua liberação (inciso 1º do §3º), e que  
há também a necessidade de uniformizar o enquadramento de risco ambiental nas diversas  
áreas de fiscalização da prefeitura, dentre elas obras, posturas, tributária, ambiental,  
vigilância sanitária, entre outras. O Sr. Marcos argumenta que a modificação da proposta  
substitui o parâmetro para enquadramentos das atividades nos três grupos de risco das  
atividades implantadas ou a serem implantadas pelo município, revogando o anexo 6 (seis)  
da lei Municipal nº 2.980/2008 art. 2º (segundo) do projeto de lei e instituindo como parâmetro



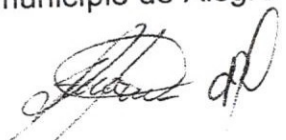
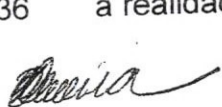
os decretos de grau de risco que regulamentam a Política Municipal de Meio Ambiente. O Sr. Marcos expõe que a alteração do zoneamento do município com a modificação do anexo 3 (três) da lei Municipal nº 2.980/2008 está definida no artigo 3º do projeto de lei e faz-se necessário pois a lei Municipal nº 2.980/2008 adotou como área de zoneamento urbano municipal apenas àquela referente a mancha urbana da sede e distritos, sendo assim, toda vez que um novo parcelamento de solo ("loteamento") for ser implantado no município, faz-se necessário a expansão do zoneamento urbano. Explica também que esta expansão se faz em três etapas, sendo elas a solicitação do empreendedor ao Conselho Municipal do Plano Diretor de Alegre (CMPDA) a expansão do zoneamento para a área a ser aprovada, a apreciação do CMPDA da solicitação apresentada, o qual defere ou não o parcelamento do solo com base em parecer técnico emitido pelos técnicos da prefeitura, e em caso de deferimento, apresentação de projeto de lei para Câmara Municipal de Alegre, para seguir os tramites legislativos e administrativos para sua aprovação e sanção ou não, com ou sem emendas. O Sr. Marcos explica também que o Plano Diretor Municipal zoneou as áreas de APP como ZRA, um tipo de zona que não possui índices urbanísticos e desta forma tratou estas áreas como não ocupadas, sendo assim com atual legislação, obras construídas nestas áreas, mesmo antes das legislações que não restringiam a ocupação das mesmas ficam em situação alto de risco jurídico, inclusive com um aparo legal bastante frágil em relação a sua ocupação por atividades econômicas e quando da necessidade de reformas, mesmo sem aplicações ou ocupações novas. O Sr. Marcos enfatiza que o novo zoneamento, propõe zonear estas áreas como áreas de ocupação limitada, sendo assim as mesmas passarão a ter índices urbanísticos compatíveis com estas regiões, diminuindo a insegurança jurídica de quem ocupa estas áreas. Salienta também que a modificação de zoneamento passando de ZRA para ZOL, não trazem a autorização de ocupação de áreas ainda não ocupadas em APP, apenas atribui índices urbanísticos a estas áreas. O Sr. Marcos explicita que devido a sua complexidade, a questão legal das áreas de APP urbana será tratada em outro momento, no âmbito da REURB e da revisão do PDM, porém esta alteração é o primeiro passo para que esta questão seja tratada de forma legal. Argumenta também que neste projeto de lei estão apresentadas em anexo as plantas de modificação do zoneamento e anexo a esta justificativa estão as atas das reuniões do PDM que aprovaram tais modificações. Ressalta que estas alterações irão atender alguns anseios de munícipes, pois viabiliza, moderniza e simplifica a implantação de uma série de empreendimentos no município. Sr. Marcos abre para questionamentos e após algumas discussões e considerações, o Sr. Rodrigo Vargas Ribeiro, presidente do CMPDA, agradece a todos pela presença e encerra a audiência. Tendo sido registrado a presença de nove participantes, conforme lista de presença, que passa a fazer parte desta ata. Nada mais havendo a ser tratada, a audiência foi encerrada e eu Aline Lima Gambati lavrei e digitei a presente ata que foi assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal do Plano Diretor de Alegre - CMPDA.

Rodrigo Vargas Ribeiro

Aline Lima Gambati 

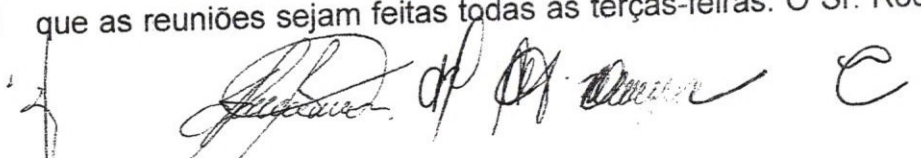
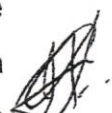


01 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR  
02 DE ALEGRE. ~~No dia trinta e um de julho de dois mil e dezanove, às dezessete horas~~  
03 e vinte minutos, se reuniram na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Meio  
04 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável os seguintes conselheiros do CMPDA: Sra.  
05 **Adriana Souza Mello Barbosa, Sr. Alexandre Nazario Neto, Sr. Ronney Milanez**  
06 **Baldoto, Sr. Carlos Roberto de Oliveira, Sr. Kleyton Albino Brandão, Sr. Vinícius**  
07 **Pontes Pereira, Sr. Vitor Santos Martins, Sr. José Franklin Chichorro, Sra.**  
08 **Neuza Maria Brunoro Costa, Sr. Rhamon de Oliveira Valli, Sr. João Paulo**  
09 **Bestete de Olivera, Sra. Angela Maria Espinosa Bravo, Sra. Suely Fossi**  
10 **Nascimento, Sra. Karla Nunes de Oliveira, Sr. Emerson Gomes Alves e o**  
11 **Presidente Sr. Rodrigo Vargas Ribeiro.** A reunião foi aberta pelo Senhor Rodrigo  
12 Vargas Ribeiro, cumprimentando a todos e dando boas vindas aos novos  
13 conselheiros do biênio 2019/2020 e agradece aos que permaneceram para mais um  
14 biênio. Apresentou a secretária executiva do CMPDA, Sra. Aline Lima Gambati, aos  
15 novos conselheiros, solicitando em seguida a conferência do quórum, onde a mesma  
16 realizou a chamada. Confirmado o quórum, o Sr. Rodrigo instala a reunião, solicitando  
17 a Sra. Aline para fazer a leitura da pauta. Após, o Sr. Rodrigo propõe a inversão da  
18 pauta, onde todos os conselheiros concordaram. O Sr. Rodrigo passa a palavra para  
19 o relator dos processos, o Sr. Marcos de Souza Neves Cardoso, que começa  
20 explicando basicamente como funciona o PDM e como é feita a análise dos  
21 processos para que os novos conselheiros entendam. Dando seguimento, o Sr.  
22 Marcos relata o **Processo 4073/2019 de Eliane Rezende Albani** onde solicita  
23 viabilidade para uma casa de eventos com dois mil metros quadrados, localizada na  
24 Zona Histórica II, que não é permitido devido ao tamanho do empreendimento e que  
25 em tese não deveria ter vindo para o CMPDA. Porém, ~~no PDM atual, as classificações~~  
26 ~~dos empreendimentos são confusas e muito restritas, pois quando foi elaborado não~~  
27 ~~foram consultadas outras bases já existentes, por exemplo, a de Classificação~~  
28 ~~Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Governo Federal. O Sr. Marcos~~  
29 ~~sugere que sejam reclassificados os empreendimentos do PDM de acordo com o~~  
30 ~~CNAE, onde seria aprovado em Lei, depois da aprovação deste Conselho.~~ Voltando  
31 ao Processo 4073/2019, o Sr. Marcos informa que pelo tamanho que foi exposto de  
32 dois mil metros quadrados, o PDM não permite nesta Zona este empreendimento. O  
33 Sr. Vinícius sugere que o empreendimento se enquadre dentro do local, utilizando  
34 somente quinhentos metros quadrados que são tolerados pelo PDM. O Sr. Marcos  
35 fala sobre a revisão do PDM para que enquadre os empreendimentos de acordo com  
36 a realidade do município de Alegre. O Sr. Franklin coloca-se à disposição para ajudar



37 nessa revisão. O Sr. Marcos explica também que os empreendimentos tem que estar  
38 com suas classificações em comum com todos os sistemas, como no Simplifica, no  
39 CNAE, no Licenciamento Ambiental e no PDM, porque fica inviável cada sistema ter  
40 classificações diferentes, sendo o CNAE o melhor a ser seguido. A Sra. Karla explica  
41 aos conselheiros que o Simplifica é um sistema da junta comercial que propõe a  
42 aprovação do alvará de funcionamento em até quarenta e oito horas e como as  
43 legislações pertinentes estão divergentes nos enquadramentos, inviabilizando esse  
44 tempo estimado do Simplifica, o processo tem que ser enviado ao CMPDA, tendo que  
45 aguardar trinta dias para resolver processos sem muita relevância. A Sra. Neuza  
46 pergunta se o empreendimento em questão está na mesma zona que a da  
47 Associação Atlético Banco do Brasil (AABB) e porque ela pode funcionar e esse  
48 empreendimento estaria sendo avaliado? O Sr. Marcos explica que a AABB existe  
49 antes do PDM e que quando for solicitada a renovação da licença pode ser feita as  
50 exigências necessárias para se enquadrarem. Após algumas discussões, o Sr.  
51 Vinícius sugere que o Conselho trabalhe para o desenvolvimento do município de  
52 Alegre/ES, não sendo um empecilho em casos irrelevantes, sem deixar de cobrar dos  
53 empresários o cumprimento de todas as exigências necessárias a cada tipo de  
54 empreendimento. O Sr. Marcos retoma o assunto, dizendo que já existe a lei do  
55 licenciamento do ano de dois mil e dezessete que deveria ser balizada com o PDM. O  
56 Sr. Vinícius pergunta o que a lei do licenciamento diz sobre os empreendimentos? O  
57 Sr. Marcos responde que ela divide os empreendimentos por grupos de baixo, médio  
58 e alto impacto. O Sr. Emerson se dispõe a ajudar no processo de alteração na lei do  
59 PDM. Após algumas discussões, o Sr. Alexandre concorda com a sugestão do Sr.  
60 Marcos em alinhar o PDM com a lei do licenciamento para que sejam agilizados os  
61 processos. O Processo 4073/2019 de Eliane Rezende Albani fica suspenso à análise  
62 até que seja adequado ao CNAE e solicita ao empreendedor que instrua melhor o  
63 processo, trazendo a planta com a metragem exata a ser utilizada. O Sr. Rodrigo  
64 coloca em votação se o **Processo 2881/2019 de Carmelita Ribeiro da Silva** será  
65 analisado ou não. A análise do processo 2881/2019 foi aprovada por unanimidade e o  
66 Sr. Rodrigo pede para chamar a Sra. Carmelita Ribeiro da Silva para fazer sua defesa.  
67 O Sr. Rodrigo cumprimenta a Sra. Carmelita, explica do seu direito de defesa ao  
68 referido processo tendo cinco minutos para tal. A Sra. Carmelita faz sua defesa, o Sr.  
69 Rodrigo passa a palavra aos conselheiros que quiserem fazer perguntas. O Sr.  
70 Franklin questiona que as vagas de garagem que ela cita no posto do Sr. José Carlos  
71 podem não ser mais permitidas pelo proprietário, não tendo ela uma garantia vitalícia.  
72 A Sra. Carmelita reponde que o Sr. José Carlos fez uma declaração autorizando o

73 estacionamento aos inquilinos da mesma. O Sr. Rodrigo passa a palavra ao  
74 conselheiro Keyton que pergunta se o prefeito Paulo Lemos, na época em que foi feita  
75 a primeira construção, deu algum documento a ela permitindo construir sem  
76 garagem? A Sra. Carmelita responde que sim, que construiu com alvará. Sem mais a  
77 questionar, o Sr. Rodrigo agradece a presença da Sra. Carmelita informando que o  
78 processo será analisado pelo CMPDA. A Sra. Carmelita agradece o espaço de defesa  
79 e se retira. Após algumas discussões, o Sr. Emerson pede vista dos processos 2014  
80 e 2019 com cópia de toda documentação pertinente ao imóvel da Sra. Carmelita. O  
81 Sr. Rodrigo coloca em votação a aceitação ou não da defesa da Sra. Carmelita. O  
82 Conselho solicita que a Sra. Carmelita encaminha cópia do alvará de construção da  
83 obra inicial para melhor instrução do processo. O Sr. Rodrigo passa para o próximo  
84 item da pauta que é a análise do regimento interno do CMPDA, que no biênio  
85 2015/2016 toda documentação deste Conselho desapareceu e que junto com estes  
86 documentos estava o regimento interno que hoje só tem em arquivo digital sem  
87 assinaturas. A análise do Regimento Interno fica acordado por todos os conselheiros  
88 que seja feita na próxima reunião. O Sr. Marcos passa para o **Processo 4312/2019**  
89 ~~de~~ rezonamento do PDM sendo necessário no bairro Novo Alegre, que hoje está  
90 ~~como~~ Zona de Recuperação Ambiental e passaria a ser uma Zona de Ocupação  
91 Preferencial. Após algumas discussões, o Sr. Rodrigo coloca em votação a aprovação  
92 do rezonamento desta área ou não. O rezonamento fica aprovado por unanimidade  
93 passando a ser uma Zona de Ocupação Preferencial. O Sr. Marcos propõe que não  
94 seja levado ao CMPDA os processos que já tenham parecer técnico negativo, a não  
95 ser que seja um caso omissivo ao PDM. Propõe também que os processos onde o  
96 empreendimento é tolerado pelo PDM que seja enviado de forma digital para que os  
97 conselheiros façam uma análise prévia antes da reunião, e só pedir vistas nos que  
98 tiverem alguma dúvida. Essas sugestões são para que não fique tomando um tempo  
99 desnecessário da reunião com processos simples. O Sr. Rodrigo coloca em votação  
100 as propostas do Sr. Marcos que foi aprovada por unanimidade. O Sr. Rodrigo informa  
101 que o Sr. Marcos preparou uma capacitação para os novos conselheiros poderem se  
102 orientar de como funciona o PDM e pede para que seja marcado um dia  
103 extraordinário às reuniões. Os conselheiros sugerem que seja feita a capacitação na  
104 próxima terça-feira, dia seis de agosto de dois mil e dezenove, sendo acordada esta  
105 data. O Sr. Emerson sugere que a capacitação seja feita na Câmara de Vereadores  
106 assim como as reuniões deste Conselho, pois possui um espaço maior e com  
107 microfones captando a voz dos conselheiros de melhor forma. O Sra. Neuza sugere  
108 que as reuniões sejam feitas todas as terças-feiras. O Sr. Rodrigo coloca em votação



109 sendo é aprovada por unanimidade. O Sr. Rodrigo reforça que o regimento interno  
110 será encaminhado por e-mail para que seja analisado por todos os conselheiros para  
111 ser votado na reunião do mês de setembro. Nada mais havendo a ser tratada, a  
112 reunião foi encerrada pelo Presidente e eu Aline Lima Gambati lavrei e digitei a  
113 presente ata que foi assinada pelos conselheiros.

114 **Adriana Souza Mello Barbosa** 

115 **Alexandre Nazario Neto** 

116 **Ronney Milanez Baldoto** 

117 **Carlos Roberto de Oliveira** 

118 **Kleyton Albino Brandão**

119 **Vinicius Pontes Pereira**

120 **Vitor Santos Martins**

121 **José Franklin Chichorro** 

122 **Neuza Maria Brunoro Costa**

123 **Rhamon de Oliveira Valli**

124 **João Paulo Bestete de Olivera** 

125 **Angela Maria Espinosa Bravo** 

126 **Suely Fossi Nascimento** 

127 **Emerson Gomes Alves**

128 **Karla Nunes de Oliveira** 

129 **Rodrigo Vargas Ribeiro** 

